

A LÍNGUA: PONTO DE RELAÇÃO ENTRE A LINGUÍSTICA-AD E A LITERATURA

Maria Cláudia Teixeira¹

Resumo: Neste artigo, discutimos acerca da Análise de Discurso e da Literatura, duas áreas distintas de conhecimento e os modos como, ao concebê-las as aproximamos. Ao apresentar os pressupostos teóricos e assumir nosso posicionamento, buscamos estabelecer um diálogo entre a literatura e a Análise de Discurso. Discutimos acerca de texto e autoria e, apresentamos como o sujeito-autor constrói, pela linguagem, o jogo de quem tem a palavra na materialidade textual-literária analisada, *Lucíola* (1862), jogo pelo qual se tem o efeito de diluição do autor e o não comprometimento social com a história narrada.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Literatura; Sujeito-autor

LANGUAGE: POINT OF RELATIONSHIP BETWEEN AD-LANGUAGE AND LITERATURE

Abstract: In this article, we discuss Discourse Analysis and Literature, two distinct areas of knowledge and the ways in which we approach them. By presenting the theoretical assumptions and assuming our position, we seek to establish a dialogue between literature and Discourse Analysis. We discuss about text and authorship and present how the subject-author constructs, by language, the game of who has the word in the analyzed textual-literary materiality, *Lucíola* (1862), a game by which the author has the dilution effect and non-social commitment to the narrated story.

Keywords: Discourse Analysis; Literature; Subject-Author

¹ Doutoranda em estudos Linguísticos (UNICAMP). E-mail m_teixeira5@yahoo.com.br

A interface entre Língua (AD) e Literatura

Da posição em que nos colocamos, neste estudo, buscamos analisar uma materialidade textual-literária, mostrando que é possível uma interface entre língua e literatura, à medida que é pela língua que ela se constrói e pela linguagem que significa. Assim, é possível conciliar análises discursivas com o literário, estabelecendo relações entre essas disciplinas, não apenas tomando o texto literário como *corpus* para análise a partir de uma teoria discursiva, mas mostrando as relações necessárias e constitutivas entre a língua como jogo e a literatura, cujo funcionamento depende desse jogo.

Na Análise de Discurso, a língua, ao contrário do que preconizou Saussure, funciona em relação à linguagem, ao que lhe é exterior e nem sempre estruturado pelo verbal. Assim, é preciso que se leve em consideração a relação entre sujeito, língua e história na tomada do discurso. Ao considerar a entrada do sujeito na linguagem, a AD permite a análise de textos, os quais são interpretados em relação a discursos. Tendo em vista que o texto literário é uma materialidade significativa, ele pode ser objeto de análise. A pertinência dessa consideração está no fato de que a teoria contemplará o texto literário e não apenas sua estrutura formal, pelo contrário, buscamos a de-superficialização do texto, a sua inscrição em discursos, buscando os efeitos de sentido.

Ao abordar um texto literário a partir da Análise de Discurso, faz-se necessário a consideração de algumas questões que norteiam o estudo para melhor reflexão sobre a relação entre língua e literatura e seus objetos de estudo. Não é nossa pretensão fazer um estudo detalhado da história ou crítica literária, mas algumas reflexões se fazem necessárias para focalizar o ponto de

encontro entre essas duas áreas que, aparentemente, são inconciliáveis.

Pode-se dizer que a literatura “é um produto cultural que surge com a própria civilização ocidental, pelo fato de que textos literários figuram entre indícios mais remotos da existência histórica da civilização” (SOUZA, 2007, p. 10). O homem, por meio da literatura conta, narra fatos, cria ou recria histórias sobre o mundo, sobre si mesmo e sobre o outro, pode legitimar uma língua, engrandecer um povo, lutar causas sociais a partir da ficcionalização, da invenção. Diferentes tipos, estilos, gêneros, que repetem ou atualizam o fazer literário, com suas próprias “regras” de produção e análise.

O texto literário, nesse caso, remetemo-nos ao gênero narrativo, é responsável pelo ‘contar’ histórias do sujeito, do mundo, da sociedade, enquanto constitutivo de um imaginário da sociedade, por meio da ficção. Dessa forma, a literatura representa o social e o histórico na medida em que reproduz elementos do real e o ficcionaliza, recontando os fatos sem um comprometimento com a realidade, pois neste espaço (re)cria-se o mundo e instauram-se diferentes efeitos de sentido. Assim, pode-se dizer que a ficcionalização é uma tentativa de registrar ou apreender o real, por meio da (re)criação como um modo, também, de significar o mundo.

Pela literatura, é possível tecer reflexões acerca do mundo, da sociedade, da cultura e da própria identidade, além de mostrar as permanências e as mudanças ocorridas na história, como os costumes, a política, a cultura, pensamentos e até o modo de expressão. Nesse sentido, entendemos a literatura, tal qual Peixoto (2011, p. 27), “não como espelho da realidade, e sim como espaço que também expressa possibilidades de devir elaboradas pelos grupos sociais em luta”, ou seja, embora não tenha compromisso com a realidade, enquanto verdade,

a literatura toca o real, já que versará sobre fatos a partir de determinadas condições de produção relacionadas ao tempo histórico e social.

A literatura, posta dessa forma, tem autonomia em relação à realidade, ao mundo. Em *Demônio da teoria*, Antoine Compagnon (2006) dedica um capítulo sobre a relação entre a literatura e o mundo. O autor parte do questionamento da *mimêsis* (conceito aristotélico das relações entre a literatura e a realidade), afirmando que o fazer literário não é uma cópia da realidade, mas também não se desliga totalmente dela, pois há pontos de contato entre a ficção e o real, decorrentes da verossimilhança, conceito que aproxima ficção da realidade. Ou seja, para Compagnon (2006), a literatura não representa uma cópia do real, mas tem o real como pano de fundo.

A literatura explora as propriedades referenciais da linguagem; seus atos de linguagem são fictícios, mas uma vez que entramos na literatura, que nos instalamos nela, os funcionamentos dos atos de linguagem fictícios é exatamente o mesmo o dos atos de linguagem reais, fora da literatura (COMPAGNON, 2006, p. 135).

Segundo Petri (2004, p. 21), “o analista de discurso deve estar atento aos ecos das vozes que se produzem no social e podem ser apreendidas no literário, porque elas produzem o ‘efeito do real’”. Esse efeito do real, para a autora, não corresponde à realidade social, pois a correspondência entre a ficção e a realidade é da ordem da representação e não da imitação.

Esse efeito do real, na literatura, é designado verossimilhança. Nos textos ficcionais o autor imagina um mundo e o converte para a forma escrita, porém nem sempre o que é narrado nas ficções representa o mundo real, como uma imitação. Muitas vezes, em muitos textos ficcionais, nos deparamos com tramas absurdas, mas que são tão bem amarradas, que enredam o leitor fazendo com que ele acredite que tudo aquilo existe

verdadeiramente, produzindo, assim, um efeito do real e do verdadeiro.

A verossimilhança não deve ser confundida com a representação da verdade real, mas sim a criação de uma verdade ficcional, dando ao leitor a impressão de que aquilo que está sendo narrado é perfeitamente possível. Segundo Candido (1992), a verossimilhança é um sentimento de verdade. Ou seja, não precisa existir no mundo real, mas deve parecer verdadeiro. Verossimilhança e verdade histórica são coisas distintas, pois a primeira apresenta a possibilidade, dá condições suficientes que justificam a crença do leitor na trama construída ficcionalmente, ou seja, o enredo e as ações conduzem à verossimilhança, ao mundo como deve ser, e constrói a sua própria verdade. Enquanto que a verdade histórica, supostamente, transcreverá o real, como imitação.

Na posição em que nos colocamos entendemos que o autor literário não está, ele mesmo, fora da história, e embora possa recriar a sociedade de diferentes modos, ele se inscreve em funcionamentos ideológicos da sociedade em que vive. De acordo com Lajolo (1994, p. 16), “a obra literária é um objeto social. Para que ela exista, é preciso que alguém a escreva e que o outro a leia. Ela só existe enquanto obra neste intercâmbio cultural”. Neste sentido, podemos dizer que há um sujeito-autor, investido da função-autor escrevendo para um sujeito-leitor, que produz sentidos para o texto literário através de gestos de interpretação.

Conforme Orlandi (2012), o gesto de interpretação é uma prática simbólico-discursiva, que intervém no real do sentido. Os gestos de interpretação do sujeito são determinados por um dispositivo ideológico, dessa forma, produz-se a ilusão de transparência, a ilusão da relação direta das palavras com as coisas. Vale salientar, que o trabalho do analista de discurso é compreender “o gesto de interpretação do sujeito e expor seus

efeitos de sentido” (ORLANDI, 2012, p. 25- 26). Além disso, dos sujeitos envolvidos no processo (autor e leitor), é preciso considerar também as condições de produção, pois “as obras se articulam no tempo, de modo a se poder discernir uma certa determinação na maneira por que são produzidas e incorporadas ao patrimônio de uma civilização” (CANDIDO, 2000, p. 29).

É a língua e a linguagem que possibilitam tornar material a história ‘inventada’ pelo texto – que se materializa o discurso e, por extensão desse, a ideologia. O que para nós interessa, é que não se deve ignorar o papel da linguagem na literatura. Afinal, seu objeto de estudo é, antes de qualquer coisa, a língua em sua materialidade. Considerando a materialidade da língua podemos pensar no discurso e na forma como ele ganha materialidade pelo texto (verbal ou não-verbal). O texto, assim, representa, pela língua, a materialidade do discurso. Ou seja, as duas áreas distintas de estudos estão imbricadas.

Nossa análise constitui-se por gestos de leitura que podem interessar aos estudos literários e à análise de linguagem de modo geral, pois nos permite compreender o texto como possibilidade de leituras heterogêneas, abarcando a textualização e sua relação com a exterioridade, a ideologia, a paráfrase e a polissemia, que podem passar despercebidos em um outro tipo de análise.

Pela língua, na Linguística e na Literatura, destacamos as diferenças entre áreas do conhecimento, mostrando que cada uma delas é estudada, segundo seus próprios pressupostos teóricos, com certas resistências aos “atravessamentos”. No entanto, as aproximações são possíveis sem que se reduza a importância do objeto de cada uma delas. Ao aproximar as duas áreas e vendo nesta aproximação o lugar da tensão entre diferentes redes de significação, a AD procede a de-superficialização dos sentidos, ‘desfaz’ os efeitos da ideologia e analisa os

deslizamentos e os diferentes efeitos de sentido. O texto literário representa a língua em movimento, em funcionamento, produzindo sentidos, discursivizando, representando e simbolizando. Com isto, uma série de fatos do funcionamento da língua são colocados em cena, o que merece uma análise com o dispositivo que permita tal visualização, não só do que está na superfície, mas também, e principalmente, daquilo que se enrosca nos furos, que não está dito, mas significa.

A AD constitui-se por dois dispositivos: o teórico e o analítico que possibilita a análise do texto literário, sem reduzi-lo, meramente, a uma estrutura formal. Objetiva-se “romper efeitos de evidência” (ORLANDI, 2001, p. 62), problematizando os modos de leitura da materialidade textual-literária. Trata-se, portanto de uma teoria para leitura, sobretudo, uma teoria da interpretação, cujos dispositivos permitem que se observe como o texto significa, como produz sentidos ou como os sentidos se constituem nele, afinal trata-se de um objeto simbólico que se abre para múltiplas leituras, não é fechado e transparente, mas caracteriza-se pela incompletude.

Segundo Orlandi (2005), as condições de produção funcionam de acordo com três fatores: a relação de sentidos, o mecanismo de antecipação e a relação de forças. Pela relação de sentido estabelecida pelas redes parafrásticas, todo dizer aponta para outros dizeres que o sustentam, não havendo, desse modo, nem começo absoluto nem ponto final para o discurso. Pelo mecanismo de antecipação fundam-se estratégias para o discurso, visando efeitos sobre o

interlocutor, antecipando suas respostas, é desse modo que o locutor dirige o processo de argumentação. O terceiro fator caracteriza-se pelas relações de hierarquia, sendo que, de acordo com a autora, “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (ORLANDI, 2005, p. 39). Assim, a fala do presidente significa mais

do que a do ministro. Ou, pensando-se numa sociedade patriarcalista, a fala do homem significa mais do que a da mulher.

Esses mecanismos, segundo Orlandi (2005), fazem parte das formações imaginárias. O que leva a considerar que não são os sujeitos físicos, nem seus lugares empíricos que funcionam no discurso, mas as imagens que resultam de projeções. Essas projeções é que permitem passar do lugar para a posição sujeito, do lugar de presidente para a posição-sujeito presidente. O que significa no discurso são essas posições, em relação ao contexto sócio-histórico e à memória.

Dessa forma, as condições de produção implicam o que é material, o que é institucional e o mecanismo imaginário. Ou seja, a língua sujeita a equívoco e a historicidade, a formação social e as imagens do sujeito, pela posição que ocupa.

Na análise da materialidade textual-discursiva, importa a posição sujeito-autor, inscrita no discurso e os modos como projeta os personagens, inscrevendo-os numa posição moralista e conservadora, significando o seu dizer de um modo determinado.

A Ideologia e as Formações Discursivas

A noção de ideologia é uma das questões mais caras à AD, cujo ponto forte é a resignificação por meio da linguagem. A AD trabalha a relação língua-discurso-ideologia e, segundo Orlandi (2005, p. 17), “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido”. Assim posto, a língua materializa-se no discurso, que materializa a ideologia pela interpelação do indivíduo em sujeito, fazendo funcionar a relação língua-discurso-ideologia.

Pêcheux (1997 [1975], p. 144) aborda a questão da ideologia tomando emprestado de Althusser o termo “aparelho ideológico de

Estado” (AIE), buscando destacar que a ideologia não se reproduz, nem se impõe de maneira igual e homogênea à sociedade, como se fosse repetida por todos, tampouco resume a ideologia como “luta de classes” e, ainda, que “a ideologia da classe dominante não se torna dominante pela graça do céu...”, mas que esta resiste pela instalação dos AIE, que funcionam como lugar não só da reprodução, mas também da

transformação das relações de produção de uma classe.

Em *Aparelhos Ideológicos de Estado* (1985 [1970]), Althusser estabelece o conceito de ideologia e discute a organização social. Para o autor, toda organização social é rigidamente imposta ou definida pelas forças do Estado, o que ele designa como aparelhos repressores de Estado (ARE). É por meio dessa “força-repressão” do Estado, representado pelo governo, pela polícia, pelo administrativo, entre outros, que há o controle, que o ARE atua primeiramente pela violência, já que reprime, controla, limita e depois pela ideologia. Nesta conjuntura, o ARE é representado por uma força una: o Estado, instituição hegemônica e acima da sociedade. Em contraposição, mas funcionando juntos instalam-se os aparelhos ideológicos de Estado (AIE), representados pelas instituições (religião, família, escola, mídia, político etc.), reproduzindo e rompendo com os discursos dos aparelhos repressores do Estado pela ideologia. Configurando-se, portanto, como espaço de repetição e ao mesmo tempo de resistência, de confronto.

Nos estudos althusserianos sobre a ideologia distingue-se “ideologia particular” de “ideologia em geral”. A primeira “exprime sempre, seja qual for a sua forma (religiosa, moral, jurídica, política), posições de classe” (ALTHUSSER, 1985 [1970], p. 12), na qual cada uma toma posições diferentes na região do discurso. *Lucíola*, a obra, representa essas tomadas de posição. A ideologia em geral, por sua

vez, caracteriza-se pela “abstração dos elementos comuns de qualquer ideologia concreta, a fixação teórica do mecanismo geral de qualquer ideologia” (ALTHUSSER, 1985 [1970], p. 12). A partir da ideologia em geral, o autor se opõe

à noção de ideologia como representação da realidade, afirmando que “a ideologia representa a relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência” (ALTHUSSER, 1985 [1970], p. 80), desse modo a ideologia se dá pelo imaginário, pelas formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade.

De acordo com Althusser, a ideologia se materializa na prática, em atos concretos a partir de aparelhos ideológicos. Não há prática sem ideologia e a inserção do indivíduo nas práticas reguladas pelos aparelhos ideológicos o constitui como sujeito: “a ideologia interpela os indivíduos em sujeito” (ALTHUSSER, 1985 [1970], p. 93).

Michel Pêcheux (1997 [1975]), ao discutir as questões ideológicas, concorda com Althusser sobre a interpelação dos indivíduos em sujeitos por meio da ideologia, problematizando as relações de produção numa sociedade. Na fundação da teoria discursiva, Pêcheux articula o materialismo histórico, enquanto teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendendo-se nesse campo, a teoria das ideologias. A ideologia, segundo Pêcheux (1997 [1975]), domina pela instrumentalização nos/dos aparelhos ideológicos de Estado, numa espécie de lugar onde agem forças ideológicas contraditórias para mover as relações de produção. Porém, essa força não é simétrica, como realização em proveito próprio, tendo como referência a existência de uma sociedade, mas uma dissimulação das engrenagens que fazem funcionar os aparelhos, pois assim como as outras instâncias, o sujeito é livre e igual em direito, para livremente “assujeitar-se”. Dessa forma, o sujeito nunca é neutro nem livre da ideologia, “mas sempre-

já-sujeito” (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 155), assujeitado.

É a ideologia que fornece a evidência do sujeito como origem, único e insubstituível e mascara “sob o caráter da ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados” (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 160). Pela ideologia o sujeito tem a ilusão de ser fonte e origem do seu dizer e que o sentido existe em si mesmo, porém o sentido é determinado pelas posições ideológicas dos sujeitos.

O sentido de uma palavra, expressão, proposição não existe em si mesmo (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que palavras, expressões, proposições são produzidas/reproduzidas (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 160).

Os sentidos só são relativamente estáveis, pois mudam conforme as posições ideológicas assumidas pelo sujeito. Dessa forma não existe sentido em si, mas sentidos possíveis, diferentes efeitos de sentido.

As posições ideológicas se inscrevem em formações ideológicas (FI), que se constituem “como conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, p. 166).

A FI tem como seu componente uma ou várias formações discursivas (FD), que determinam o que pode/deve ser dito. Do que se pode afirmar que a FD “é o lugar da constituição dos sentidos” (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 162), e esses podem mudar/retornar pelo mesmo ou pelo diferente, deslizar, conforme a FD dada. FI e FD são componentes interligados, a primeira refere-se à ideologia e a segunda, às determinações do dizer

a partir do ideológico, nesse funcionamento, a FD materializa a FI no discurso.

Ainda de acordo com os pressupostos pecheutianos, toda FD dissimula, pela transparência de sentido, o fato de que “algo fala sempre antes, em outro lugar e independentemente” (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 162). Tem-se, portanto, a ilusão de que aquilo que se diz é sempre novo e original, esquecendo-se que já foi dito antes sob a dependência do interdiscurso.

Funcionamentos da memória

O funcionamento do discurso se dá na relação entre a atualidade e a constituição do dizer num movimento em que aquilo que está sendo dito no fio do discurso significa pelo atravessamento do já-dito. O discurso linearizado (intradiscurso) é atravessado por outros discursos, oriundos de diferentes momentos e de diferentes lugares sociais, já-ditos (interdiscurso).

Conforme Orlandi (2010, p. 18), “o interdiscurso é irrepresentável. Ele é constituído de todo dizer já dito. Ele é o saber, a memória discursiva”. Entendemos o interdiscurso como o domínio da memória, ou seja, é o já-dito que está relacionado com outros dizeres, que foram ditos em outros lugares, em determinadas condições, (re) significados nas formas como um dizer é redito, reformulado, produzindo deslizes, transferências de sentido em meio à língua e à história. De acordo com Courtine (2009, p. 74),

[...] o interdiscurso é o lugar no qual se constituem, para um sujeito falante, produzindo uma seqüência discursiva dominada por uma FD determinada, os objetos de que esse sujeito enunciativo se apropria para deles fazer objetos de seu discurso. É um lugar porque todos os sentidos estão lá, no domínio da memória, mas só vão fazer sentido no discurso quando convocados por uma FD determinada, funcionando por meio do trabalho realizado na relação entre memória e formulação.

A memória em AD não se refere às lembranças vividas, mas sim como um lugar no qual ficam estabilizados os discursos e que são acionados o tempo todo, reconstruídos, (re)-significados. Segundo Orlandi (2005, p. 31), a memória discursiva refere-se ao “saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sobre a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra”. Dessa forma, a memória discursiva é a base de todo dizer, pois é o já-dito que possibilita novas e diferentes (re)formulações.

No discurso, os efeitos de sentidos se constituem pelos embates ideológicos e significam por meio da relação entre o interdiscurso (constituição dos sentidos, memória discursiva) e o intradiscurso (formulação). A formulação diz respeito ao eixo linear, à produção do discurso, sua atualidade, sua configuração em texto, a partir da produção de um efeito (imaginário) de unidade. Em AD, esse funcionamento se dá em dois eixos, conforme Courtine (2009), o eixo da constituição – interdiscurso – representada pelo eixo vertical e o eixo da formulação – intradiscurso – representada pelo eixo horizontal. A constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocarmos na base do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seu sentido (ORLANDI, 2005, p. 33).

A partir do funcionamento dos conceitos mobilizados até aqui (FI, FD, interdiscurso, intradiscurso), podemos compreender o funcionamento da ideologia no funcionamento do sujeito e do sentido e os efeitos de evidência produzidos pela interpelação do indivíduo em sujeito discursivo.

A constituição do sujeito

A noção de sujeito nos estudos linguísticos foi tratada de diferentes formas, conforme a abordagem teórica. No Curso de Linguística Geral (1916), obra que dá à Linguística o estatuto de Ciência, o genebrino Saussure, divide a linguagem em língua e fala e, ao eleger a língua como objeto de estudo autônomo da Linguística, deixa fora de suas análises a fala, o sujeito e a história. Com esse corte, o mestre desconsidera a língua em sua subjetividade, aquele que fala e o contexto, focalizando seus estudos no objeto, tomado como sistemático e independente de

qualquer exterior. Com isso, Saussure deixa de fora “partes” fundamentais para os estudos linguísticos, pois desconsiderar a fala, aquele que produz a fala, que coloca a língua em atividade é deixar de lado o sentido, o significado. Há dessa forma, um apagamento do sujeito.

Os estudos saussurianos constituem-se como base para outras correntes linguísticas que surgem para dar conta daquilo que Saussure deixa de fora de suas análises. Inserem-se, neste contexto, as linguísticas enunciativas/textuais e as discursivas. É a partir desses estudos que o sujeito é reinserido nos estudos da linguagem.

O sujeito em AD é chamado à existência pela ideologia, que “interpela o indivíduo em sujeito e este se submete à língua significando e significando-se pelo simbólico na história” (ORLANDI, 2002, p. 66). Ao submeter-se à língua e à história, o sujeito se “assujeita” de forma “não quantificável”, já que, conforme a autora, não se mede o assujeitamento, pois, na perspectiva da AD, só se pode ser sujeito assujeitando-se, sem isto, “não tem como subjetivar-se”, ante o simbólico. A subjetividade, vale ressaltar, refere-se ao modo de constituição do sujeito no discurso, o tornar-se sujeito do discurso.

Da interpelação do indivíduo em sujeito do discurso resulta uma forma sujeito, viés pelo qual o sujeito do discurso se identifica com a FD que o constitui e que é, igualmente, responsável pela ilusão de unidade do sujeito. Neste processo de interpelação, “o assujeitamento é a própria possibilidade de ser sujeito. [...] Ele está sujeito à (língua) para ser sujeito de (o que diz)” (ORLANDI, 2010, p. 19). O sujeito esquece que não é origem do dizer, assim como esquece que há diferentes formas para dizer, que há outros sentidos possíveis.

Pêcheux (1997 [1975]) distingue duas formas de esquecimento no discurso. No esquecimento número 2, o sujeito acredita que aquilo que diz só pode ser dito daquela maneira e não outra e produz-se a ilusão que há uma “relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo” (ORLANDI, 2005, p. 35). Dessa forma, acredita que tudo o que diz é porque foi imediatamente organizado pelo pensamento, esquecendo-se que é interpelado pela ideologia. O esquecimento número 1, se refere à ilusão do sujeito em controlar os seus dizeres, acreditando

ser fonte e origem do dizer; quando, na realidade, sempre são retomados sentidos já existentes.

Discursivamente, o sujeito é pensado como uma posição, um lugar e o modo como ocupa esse lugar, não lhe é acessível, pois “ele não tem acesso direto a exterioridade (interdiscurso) que o constitui” (ORLANDI, 2005, p. 49). Da mesma maneira, a língua não é transparente e o mundo apreensível. Não há forma de estar no discursivo sem constituir-se em uma posição-sujeito, sem inscrever-se em uma FD. O sujeito pode ocupar diferentes posições no discurso. Em se tratando de uma materialidade textual-literária, a posição de sujeito-autor é uma posição de um sujeito histórico, assujeitado ideologicamente, por ocupar uma

posição-sujeito na formação social que o constitui. Assumindo essa posição sujeito o autor projeta outros e diferentes sujeitos, que ocupam diferentes posições no discurso literário.

Pêcheux (1997 [1975]) aponta para os desdobramentos da forma-sujeito no interior da FD na qual se inscreve apresentando três modalidades de subjetivação do sujeito. Na primeira modalidade, o sujeito do discurso se identifica com a FD na qual se inscreve, aceitando, incorporando e reproduzindo os saberes dessa formação, o que caracteriza o discurso do bom sujeito. A segunda modalidade abre-se para a oposição, para a contradição, espaço da diferença que aponta para diferentes posições sujeito no interior da mesma FD, o que caracteriza a contra-identificação com o que rege a FD, designada como mau sujeito, aquele que questiona, que tem uma tomada de posição, no entanto não rompe com a FD, mesmo incomodado. Na terceira modalidade, ocorre o processo da desidentificação e o sujeito toma uma posição e rompe com os saberes da FD na qual, até então estava identificado, devido à contradição que se instaura. Segundo Pêcheux (1997 [1975], p. 270), a ideologia continua a funcionar, mas às avessas: “através do desenvolvimento de ideologias novas da interpelação ideológica”. Processo que

será observado na análise do corpus, no qual o sujeito-feminino desidentifica-se da FD na qual estava, mas automaticamente assujeita-se a outra FD.

No texto literário, tomado como *corpus* nesse estudo, o sujeito-feminino destacado como protagonista passa de uma FD a outra pela modalidade da desidentificação, quando rompe com a posição até então ocupada. Feitas as considerações teóricas, passamos aos modos como, nos gestos de leitura, podemos conceber a materialidade textual-literária, tomada como *corpus*, apontando a partir da teoria, outras possibilidades de leitura dessa materialidade.

Sobre a noção de texto na perspectiva discursiva

Ao se falar em texto atravessa-se a memória e discursos aprendidos nos bancos escolares, como a de que o texto é uma unidade de sentido, coesa e coerente, com começo, meio e fim. Assim, a forma como se organizam as palavras no texto é que vão lhe conferir sentido. Entretanto, para nós, conforme postula Orlandi (2001, p. 110), “o texto é um objeto histórico”, histórico enquanto discurso. O texto não é definido pela extensão, mas pelo fato de, ao ser referido à discursividade, constituir uma unidade de sentido em relação à situação.

Para a AD, que tem no texto seu ponto de partida de análise, a noção de unidade fechada em si mesma é uma ilusão, um efeito imaginário, pois o texto se abre, enquanto objeto simbólico, para diferentes possibilidades de leitura. Além disso, todo texto tem relação com outros textos, com suas condições de produção e com o interdiscurso. Assim, o texto não é visto apenas como um todo organizado, mas como unidade que encaminha para diferentes discursos, pois ele é a materialização/textualização/linearização do discurso.

Orlandi (2012, p. 65) concebe o texto como uma “peça no sentido de engrenagem. É uma peça que tem um jogo, jogo que permite o trabalho da interpretação, do equívoco”. Nesse sentido, o texto ‘representa’ uma unidade significativa, que funciona pela incompletude, pois na textualização do discurso, textualizam-se as falhas e os sentidos, ilusoriamente unos, deslizam para outros sentidos.

O texto caracteriza-se como espaço material concreto que organiza a significação e essa organização “é reflexo da ordem do discurso, não sendo possível se passar diretamente de um para outro” (ORLANDI, 2012c, p. 66). Dessa forma, o texto sinaliza, a partir dos conceitos teóricos mobilizados, como se organiza a discursividade, ou seja, como o sujeito é posto – neste caso nos

referimos ao sujeito autor, e ao sujeito-leitor como sua contraparte, e também aos personagens que representam sujeitos socialmente situados – e significado e o modo como, pelas condições de produção, materializam-se efeitos de sentidos.

Na perspectiva do discurso, o texto é um objeto linguístico-histórico, dotado de historicidade. Vale destacar que história e historicidade não se confundem, a primeira refere-se aos conteúdos, fatos históricos, a evidência, o lá fora refletido, o dado, enquanto a historicidade, que é constitutiva do texto, refere-se às tramas de sentidos no texto, o modo como significa, como funciona. Isto, em relação à história pensada fora da AD. Dessa forma, ao tomarmos o texto literário como unidade de análise não ignoramos os “dados históricos”, mas eles não são o centro da análise e não são tomados em si mesmos, mas no modo como significam na materialidade do texto. Faremos isso sim, uma análise que nos permita compreender os efeitos de sentidos que ressoam pelo texto literário, e o que o texto organiza em sua discursividade, já que para a AD o que interessa é compreender no texto o funcionamento do discurso e o modo como ele produz sentidos.

O texto é para o analista de discurso, o lugar da relação com a representação física da linguagem: onde ela é som, letra, espaço, dimensão direcionada, tamanho. É o material bruto. Mas é também espaço significante. E não é das questões menos interessantes a de procurar saber como se põe um discurso no texto (ORLANDI, 2001, p. 115).

O texto é uma peça significativa que ganha efeito de unidade pelo gesto de autoria. O autor “é a representação de unidade e delimita-se na prática social como uma função específica do sujeito” (ORLANDI, 2005, p. 73). O efeito de unidade do texto é dado pelo autor que, no mesmo movimento constrói a unidade do sujeito.

O autor se insere num espaço de interpretação que deriva da sua relação com o interdiscurso e da sua inscrição em FDs específicas, assim no texto, pelo gesto autoral, ressoam efeitos de sentidos, resultantes da relação com aquilo que o autor diz/escreve com a exterioridade. Segundo Orlandi (2012b, p.15),

[...] o autor é carregado pela força da materialidade do texto, materialidade essa que é função do gesto de interpretação (do trabalho de autoria) na sua relação determinada (historicamente) com a exterioridade pelo interdiscurso.

A autoria é uma função discursiva do sujeito, não basta falar para constituir-se em autor, é preciso assumir esse papel social e, nessa medida, responsabilizar-se pelos efeitos de sentido ressoantes de seus dizeres, pois é do autor que se exige clareza, coerência, originalidade, criatividade, respeito às normas, unidade. Tais exigências, conforme Orlandi (2005), evidenciam o sujeito com suas intenções, tornando-o identificável e controlável, assujeitando-o. O autor tem um polo correspondente que é o leitor que, do mesmo modo que ele é afetado pelo sócio-histórico-ideológico. Dessa forma, seus gestos de leitura, definem-se, conforme a FD na qual se insere e as condições de produção. O autor produz gestos de interpretação sobre o real e o leitor os analisa, de-superficializa, para compreender os efeitos de sentidos materializados.

Considerações sobre a autoria e o sujeito-autor do texto literário

Discutir a noção de autoria em nosso trabalho é imprescindível, visto que trabalhamos com uma obra da literatura brasileira assinada por aquele que representa um momento de ruptura com aquilo que vinha consagrado, instaurando o novo, segundo Candido (2000, p. 202), “o único escritor

de nossa literatura a criar um mito heroico”. José de Alencar é, segundo a crítica, ponto central na história do Romantismo, período que para nós faz parte das condições de produção do texto tomado como corpus desse estudo.

Não nos interessa discutir o lugar do autor nos estudos literários, pois essa é uma discussão que foge aos nossos propósitos e nos desviaria de nosso objetivo, mas algumas noções sobre o autor são necessárias, para que se possa observar de que forma a entendemos. Vale salientar que trataremos do sujeito autor do texto literário, aquele que ‘pode’ (re)criar o mundo e neste gesto se significar, destacando-se os seus posicionamentos, os quais resultam da interpelação ideológico e do atravessamento pelo inconsciente, marcando seus posicionamentos interpelado pela ideologia. Nesse movimento, evidenciamos a sua inscrição em determinadas FDs, ocupando distintas posições sujeitos, decorrentes da ideologia.

Segundo Barthes (2004 [1968], p. 57), em a “Morte do autor”, jamais será possível saber quem de fato fala no texto literário, pois para ele “a escritura é a destruição de toda voz, de toda origem”. Assim, a partir do momento em que a escrita se realiza, o autor morre para deixar viver o outro (o leitor), dando-lhe autonomia quando, na verdade, perde sua própria identidade.

A afirmação de que é a “língua que fala não o autor” (BARTHES, 2004 [1968], p. 59), nos leva a dizer, pelo viés discursivo, que se a língua fala é porque há um autor, um sujeito, interpelado pela ideologia, que fala a partir de determinada FD, atravessado pela memória discursiva, pelo interdiscurso, e é por isso que o que diz significa, faz sentido.

Linguisticamente, o autor nunca é mais do que aquele que escreve, assim como “eu” outra coisa não é senão aquele que diz “eu”: a língua conhece um “sujeito”, não uma “pessoa”, e esse sujeito, vazio fora da enunciação que o define, basta para “sustentar” a língua, isto é, para exauri-la (BARTHES, 2004 [1968], p. 60 - grifos do autor).

Para nós, do ponto de vista linguístico-discursivo, o autor não é só aquele que escreve e morre, ou que ao escrever apaga-se, mas é, sim, aquele que ao dizer, ao se assumir como autor, significa a si mesmo, o mundo e o outro, justamente porque se inscreve em FDs específicas. O autor nunca pode exaurir a língua, pois ela vem atravessada pelo inconsciente, pela ideologia, ela é opaca, incompleta e repleta de furos, como uma peneira, que deixa vazar outros

sentidos pelas suas tramas, oferecendo lugar à interpretação, ao equívoco. O que há é a ilusão de completude, efeito de transparência, de esgotamento. Nem vazio, nem transparente, mas passível ao equívoco, ao deslize, ao sentido outro, que caracteriza a língua. Assim, é que a figura do leitor, do sujeito-leitor, do analista do discurso, entra em funcionamento diante das materialidades significantes, como o texto literário, nesse caso.

Diferente do que nos diz Barthes, o autor não morre, muito pelo contrário, ele se mostra, se subjetiva, se desnuda, ele ‘nasce’ ao tomar essa posição, a de sujeito-autor, com todas as suas implicações e é impelido, inconscientemente, a dizer somente aquilo que pode ou deve ser dito e na trama vazada da língua estão os efeitos de sentido. Com isso, não estamos dizendo que o estudo de uma obra literária deva ser feito a partir da autoria ou que tudo o que está dito na obra literária é um espelho da vida do autor, pois nesse sentido

ele morre de fato e quem fala é um outro, não o indivíduo José de Alencar, por exemplo, mas o sujeito-autor. O que estamos querendo dizer, é que esse sujeito-autor é interpelado inconscientemente pela ideologia e que ao representar, ao ficcionalizar, ao narrar o faz por essa interpelação ideológica e acaba, ou reproduzindo os discursos da época, como bom sujeito, ou instaura o novo, transformando-os, contradizendo-os, o que poderia colocá-lo numa posição de mau sujeito.

Em nosso caso, por exemplo, o sujeito-autor repete os discursos da época, pois a personagem principal, Lúcia, prostituta, mesmo se desidentificando com a posição até então ocupada, não pode viver feliz com o homem que ama. Mesmo deixando a prostituição acaba morta. A morte como redenção? Talvez, pois é um efeito de sentido possível, uma solução romântica para redimi-la, mas para nós aí ressoa um outro sentido, proveniente da ideologia da época: um homem de bem, respeitável, não se casa com uma cortesã ou a cortesã não tem espaço na sociedade para viver um relacionamento e ser respeitada como senhora, mãe de família. Ela não cabe neste lugar.

Outra noção de autoria relevante é a apresentada por Michel Foucault em “O que é um autor?” (2009 [1969]), na qual tece reflexões acerca da autoria para examinar de que maneira texto e autor estão relacionados e não é contrário à ideia de que a escrita se realiza com a morte do autor: “a marca do escritor não é mais do que a singularidade de sua ausência; é preciso que ele faça o papel de morto no jogo da escrita” (FOUCAULT, 2009 [1969], p. 267). No entanto, segundo Foucault, há duas noções que asseguram a existência do autor: a noção de obra e a de escrita, que ele apresenta de forma problematizada. Para o autor, a consideração dessas noções “bloqueia a certeza da desaparecimento do autor” (FOUCAULT, 2009 [1969], p. 271). Dessa forma, a materialidade discursiva

resultante da posição assumida com a autoria, dá ao autor não o desaparecimento, mas uma forma de ‘congelamento’, como se ele se protegesse dos efeitos do tempo.

Foucault (2009 [1969], p. 273) considera ainda a noção de nome próprio, que não é, segundo ele, “exatamente um nome próprio como os outros”, já que exerce papel específico em relação aos discursos. É a partir do nome do autor, por exemplo, que se seguem as funções classificatórias, agrupamentos, limites.

O nome do autor funciona para caracterizar em certo modo de ser do discurso: para um discurso, o fato de haver um nome de autor, o fato de que se possa dizer “isso foi escrito por tal pessoa”, ou “tal pessoa é o autor disso”, indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, uma palavra que se afasta, que flutua e passa, uma palavra imediatamente consumível, mas que se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo status (FOUCAULT, 2009 [1969], p. 273-274 - grifos do autor).

Para o autor, a noção de nome próprio não passa do interior de um discurso ao indivíduo real, mas está saturado no texto, localizado na “ruptura que instaura um certo grupo de discursos e seu modo singular de ser” (FOUCAULT, 2009 [1969], p. 274). Assim, Foucault, vai discutir acerca da “função autor”, que se dá mediante o cumprimento de certas condições que dão suporte à “existência, circulação e recepção dos discursos no interior de uma sociedade”.

A função autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que contém, determina, articula o universo dos discursos; ela não se exerce uniformemente e da mesma maneira em todas as formas de civilização; ela não é definida pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas por uma série de operações específicas e complexas; ela não remete pura e simplesmente a um indivíduo real, ela pode dar lugar simultaneamente a vários egos, a várias posições-sujeitos que classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar (FOUCAULT, 2009 [1969], p. 279- 280).

A função autor, na concepção de Foucault, refere-se ao modo de circulação e funcionamento de diferentes discursos, não se trata do indivíduo real, nem do narrador ou escritor do texto, mas de uma dispersão de “vozes” que preenche o discurso e instaura a discursividade.

Em AD, a noção de autor é uma função da noção de sujeito, “responsável pela organização do sentido e pela unidade do texto, produzindo o efeito de continuidade do sujeito” (ORLANDI, 2012, p. 69). Ou seja, o autor nesta perspectiva, produz um lugar de interpretação e, é aí que reside sua particularidade. De acordo com Orlandi (2012b), o sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável. A produção do interpretável inscreve o dizer na base do repetível, enquanto memória constitutiva. O sujeito assume sua posição de autor, inscrevendo sua formulação no interdiscurso, assim ele historiciza seu dizer, o que faz com que a língua signifique.

Conforme Orlandi, “a inscrição do dizer no repetível histórico (interdiscurso) é que traz para a questão do autor a relação com a interpretação, pois o sentido que não historiciza é ininteligível, ininterpretável, incompreensível” (ORLANDI, 2012, p.70). Podemos dizer que a noção de autoria está relacionada ao modo de inscrição no discurso. O sujeito fala de uma posição específica, posição essa inscrita no social, que representa a fonte do dizer. O sujeito, nesse sentido, assina seu dizer autorizado pela posição social de autor que ocupa, por isso sujeito-autor. Essa relação sujeito-autor produz no texto escrito, materialidade com a qual lidamos, o efeito de verdade, de real, de unidade, de completude.

O sujeito-autor, ao colocar-se na posição de autoria, responsabiliza-se pelos seus efeitos de sentido, dentre eles, o efeito de unidade, o texto simbolicamente fechado e ilusoriamente completo. O sujeito-autor do texto literário aparece diluído, simulando que o conteúdo

do dizer é de responsabilidade de sujeitos-personagens inventados ou que se sustentam em um real histórico, recriados em função de critérios de verdade e objetividade. Assim, na trama de sentidos que compõe o texto literário, encontramos discursos presentes em nossa sociedade, já que este se faz sempre num movimento atravessado pela formulação e pela constituição, materializado no movimento entre repetições e deslizamentos.

Essa simulação do dizer, essa diluição do autor, é observável em *Lucíola*, pois o que se apresenta é um autor/narrador da trama, aquele que conta os fatos (Paulo Silva), outro que os organiza em livro (G. M) e outro que assina a obra, aquele que tem autoridade e se assume como autor: José de Alencar. No entanto, tal autoria, segundo Ribeiro (2008), só foi assumida muito mais tarde, em 1873, em documento que veio a público em 1893, dezesseis anos depois de sua morte. Chamamos a atenção o modo como se constitui essa cena: a do autor (José de Alencar), que cria outro autor (Paulo Silva) que só se torna autor pelo gesto do outro (G.M), que lhe possibilita ocupar essa posição no discurso.

A primeira nota do romance dirige-se àquele que conta os fatos, Paulo Silva, por meio de cartas endereçadas à senhora G.M, que as organiza em livro. Neste caso, a figura do narrador é subsumida pela do autor, pelo gesto de outro sujeito colocado em cena. Autor e narrador são, na ficção, a mesma pessoa. Nesta nota, assinada por G.M., algumas considerações são tecidas sobre a criação/produção da história que será descortinada na sequência. Vale a pena reproduzi-la na íntegra:

Ao Autor

Reuni suas cartas e fiz um livro.

Eis o destino que lhes dou; quanto ao título, não me foi difícil achar.

O nome da moça, cujo perfil o senhor desenhou com tanto esmero, lembrou-me o nome

de um inseto.

Lucíola é o lampiro noturno que brilha de uma luz tão viva no scio da treva e à beira dos charcos. Não será a imagem verdadeira da mulher que no abismo da perdição conserva a pureza d'alma?

Deixe que raivem os moralistas.

A sua história não tem pretensões a vestal. É musa cristã: vai trilhando o pó com os olhos do céu. Podem as urzes do caminho dilacerar-lhe a roupa: veste-a a virtude.

Demais, se o livro cair nas mãos de alguma das poucas mulheres que leem neste país, ela verá estátuas e quadros de mitologia, a que não falta nem o véu da graça, nem a folha da figueira, símbolos do pudor no Olimpo e no Paraíso terrestre.

Novembro de 1861.

G.M.

(ALENCAR, 2011, p. 11)

Esse sujeito-autor não se apaga no texto, pelo contrário ele se mostra quando se dirige à G.M, “guardião da ordem e dos valores morais da sociedade” (FARIA, 2011, p. 08)¹⁴. Na primeira página do romance, o sujeito-autor marca seu posicionamento e se diz no texto, justificando-se, desculpando-se e se revelando a sua leitora, G.M. Trata-se de um sujeito que não se compromete socialmente, conta sua história por meio de cartas e quem fala é G.M.

Há um jogo de ‘quem tem a palavra neste texto’, o autor que assina a obra coloca em cena uma mulher dirigindo-se ao suposto autor da história, ela mesma ao colocar sua escrita como base dessa história, reivindica um lugar de autoria. A história fica, então, dividida entre sujeitos que a contam. Esta mulher, por sua vez, assume uma posição-sujeito, ao dizer do não-lugar ou da não-autonomia da mulher nesta sociedade. Ela em geral não tem direito às letras, e, ainda quando o tem, o tem balizado pelo discurso do homem.

É um jogo bem arquitetado, pois ao tratar do tema da vida da cortesã, incomum para os padrões da época, o jovem Alencar, para não “macular seu perfil de autor recomendável para as moças de família” (RIBEIRO, 2008, p. 77), não assina o livro, fazendo com que Paulo assumira existência real, não só como personagem da história narrada, mas também da vida literária, já que, supostamente, também é autor de outro perfil de mulher: *Diva* (1864).

Segundo Almeida (2011, p. 113), é no espaço de jogo, “deslizamentos e metáforas indefinidos da língua que o sujeito-escritor [sujeito-autor] se define pela busca incessante de apreensão do real. Um real literário sempre outro”, porque não se trata de espelhamento da realidade. Na posição que tomamos, o real sofre uma transformação advinda da relação com a história e o inconsciente, ou seja, o real na literatura é um efeito, um gesto interpretativo, nunca é completo. Embora tenha o efeito de completude é constituído pela falha, pelo equívoco, via pela qual surge a questão do sentido. Segundo Pêcheux (1997 [1975], p. 169), “o romancista cria ‘seu mundo’, ‘fora da realidade’, com seus objetos próprios, suas qualidades e propriedades específicas, etc., em convivência com o leitor”. Dessa forma, a realidade, o real, da/na literatura é uma recriação do mundo, possibilidade de instauração do real, num jogo discursivo no qual o sujeito-autor, cria um mundo, cria um sujeito, significando-o e sendo nele significado.

O texto literário é, assim, uma modalidade de ficção, conforme Pêcheux (1997 [1975]), no qual a língua se apresenta como ficção, em relação ao sujeito, à história e a própria língua. Dessa forma, o texto ficcional produz um efeito do real, do sujeito e da língua, a partir da interpelação do indivíduo em sujeito-autor. De acordo com Almeida (2012), a materialidade discursiva literária inscreve o sujeito autor no real do discurso, pelo saber suposto de

uma memória discursiva literária, apontando para os diferentes processos de constituição dessa forma-sujeito autor.

É em relação ao discurso literário materializado na língua de umou-de-outro modo que a posição sujeito-escritor clássica, romântico-moderna, contemporânea, marginal, brasileira, nacional, etc., significam. Ou seja, são posições sujeito-escritor estruturadas diferentemente nas/pelas falhas da cadeia significante, por uma inscrição na língua e por determinações ideológicas (ALMEIDA, 2012, p. 82).

Sendo assim, o sujeito-autor é interpelado ideologicamente, conforme sua inscrição na língua neste ou noutro momento estético. Aquilo que se tematiza na literatura e a forma como é tratado corresponde, conforme o lugar de onde olhamos esse domínio teórico, às condições de produção do discurso. Assim, um romance inserido no romantismo é diferente do realismo, do simbolismo, do modernismo ou de qualquer outro, justamente pelas determinações ideológicas que estruturam as posições sujeito-autor.

Considerações finais

Neste artigo, procuramos mostrar que, do nosso ponto de vista, o texto literário é uma materialidade significativa que se abre para múltiplos sentidos, sinalizando, a partir dos conceitos teóricos mobilizados, como o sujeito é posto e significado e o modo como, pelas condições de produção, materializam-se efeitos de sentidos. Sendo o texto, a partir da perspectiva discursiva, uma peça significativa que ganha efeito de unidade pelo gesto de autoria, tecemos algumas considerações sobre o sujeito autor. E, diferente do que preconiza Barthes (1968 [2004]) e Foucault (1969 [2009]), entendemos que o sujeito que ocupa a posição de autor no texto não morre, pelo contrário, ele nasce, porque ao significar o outro também se significa, pois é inconscientemente, interpelado pela ideologia.

Ao trazer à tona essa discussão pudemos explicitar o jogo de quem tem a voz na materialidade textual-literária tomada como corpus. Ao projetar um outro como autor, José de Alencar, produz um efeito de apagamento, mascarando-se, sem se comprometer socialmente com os fatos narrados. Esse jogo autoral que o sujeito-autor instala, mostra, entre outras coisas que, embora trate de uma temática inédita (a vida da cortesã), não caracteriza o discurso do mau-sujeito, pois não há a contra-identificação do sujeito-autor com a FD na qual se inscreve.

Há, conforme sinalizamos, contradições no interior da FD. O efeito de sentido que ressoa é o do bom sujeito, pois o que significa é a relação de repetição e de reprodução com os saberes da FD. Por isso, é que nos referimos ao sujeito-autor como ‘reduplicador’ de consciências e de comportamentos sociais, aceitos e valorizados.

Vale destacar que, apesar de pensar na subjetividade forjada pela ilusão do sujeito-autor de ser a origem do dizer, na perspectiva discursiva, trabalhamos com uma teoria não-subjetiva da subjetividade, em que o sujeito é interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente (cf. PÊCHEUX, 1997 [1975]). Dessa forma, ideologicamente interpelado, o sujeito acredita na evidência e na unidade do seu dizer, porque a interpelação é inconsciente, referendando que o sujeito não é livre para dizer o que quer, porque sempre se inscreve em uma FD, que determina o dizer e o não dizer. Daí dizermos que, na posição de cronista, Alencar é um ‘reduplicador’ de comportamentos, na medida em que repete aquilo que é posto ideologicamente pela sociedade da época. Embora trate de uma temática nova, dando voz a uma mulher – importante frisar que não se trata de qualquer mulher, mas de uma prostituta – o autor não rompe com as determinações da FD na qual se inscreve. Assim, há fissuras, lacunas no seu

dizer, há o novo, mas não rompimentos, fazendo com que, no fio do discurso, funcione a paráfrase. Trata-se daquilo que Pêcheux (1997 [1975]) chama de contra-indentificação, quando os saberes que constituem a FD não são inteiramente seguidos, tendo em vista que o sujeito se afasta, questionando ou resistindo ao que está posto.

Referências

ALENCAR, José Martiniano de. **Lucíola**. Porto Alegre: L&PM, 2011. Coleção L&PM POCKET. V. 172.

ALMEIDA, Eliana de. Língua, poesia e arquivo. In: MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise; DELA-SILVA, Silmara. (orgs.). **Discurso, arquivo e...** Rio de Janeiro: 7Letras, 2011. p.108-117.

ALTHUSSER, Louis. (1970) **Aparelhos ideológicos de Estado**. 2. ed. Trad. Walter J. Evangelista; Maria Laura V. de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985. Original em francês.

BARTHES, Roland. A morte do autor. (1968) In: BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Trad. Andrea Stahel M. da Silva. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. Coleção Roland Barthes. p. 57-64.

CÂNDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira: momento decisivos**. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia Ltda, 2000. V. I. e II.

CANDIDO, Antonio. et al. A personagem do romance. In: CANDIDO, Antonio. et al. **A personagem de ficção. São Paulo: Perspectiva, 1992**.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos, SP: EdUFScar, 2009.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? (1969) In: FOUCAULT, Michel. **Estética, literatura e pintura, música e cinema**. (org.). Manoel Barros da Motta. Trad. Inês Autran Dourado. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. Coleção Ditos e Escritos III. p. 264-298

LAJOLO, Marisa. **O que é literatura**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni P. Análise de discurso. In: ORLANDI, Eni P.; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzi. **Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade**. Campinas, SP: Pontes, 2010. p. 11-31.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 6. ed. Campinas SP: Pontes, 2005.

ORLANDI, Eni P. Do sujeito na história e no simbólico. In: ORLANDI, Eni P. **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 65-72.

ORLANDI, Eni P. Texto e discurso. In: **Organon 23**, Porto Alegre, RS, v. 09, n. 23, p. 109- 116, 2001.

PÊCHEUX, Michel. (1975) **Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio**. Trad. Eni P. Orlandi [et al]. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. Coleção Repertórios.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectiva. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethania S. Mariani. et al. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. Coleção repertórios. p. 163-252.

PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Saberes e sabores ou conversas sobre História e Literatura. **História e Perspectiva**, Uberlândia, n. 45, p. 15-33, jul/dez. 2011.

PETRI, Verli. **O imaginário sobre o gaúcho no discurso literário: da representação dos mitos em Contos Gauchescos**, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em *Porteira Fechada*, de Cyro Martins. 2004. 332f. Tese (Pós- 115 Graduação em Letras – área de Teorias do Texto e do Discurso). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre.

RIBEIRO, Luis Felipe. **Mulheres de papel**: um estudo do imaginário em José de Alencar e Machado de Assis. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária: Fundação Biblioteca Nacional, 2008.

SOUZA, Roberto Acízelo de. **Teoria da literatura**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2007. Série Princípios.

Submissão: 16 de novembro de 2019.

Aceite: 18 de novembro de 2019.